

(IN)SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO ALTERNATIVO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA ENTRE OS ANOS DE 1993 A 2021

(Un)sustainability of public policies for alternative tourism: a systematic bibliographic review of academic production between 1993 and 2021

Margarita Maria Dueñas Orozco¹, Frederico Yuri Hanai² & Wilson Martins Lopes Junior³

RESUMO

A pesquisa investigou, por meio de uma análise bibliométrica documental, as produções científicas sobre ecoturismo, turismo de base comunitária e turismo sustentável relacionadas às políticas públicas de desenvolvimento do turismo alternativo. Para este fim, fez-se uma revisão bibliográfica sistemática que seguiu um rígido protocolo e adotou critérios para a seleção e a análise de trabalhos de destaque. Assim, analisaram-se 183 produções bibliográficas, das línguas inglês, português e espanhol, entre os anos 1993 a 2021, das bases de dados *Scopus* e *Web of Science*. Esse compêndio refletiu um crescimento considerável nas publicações inerentes a esses assuntos, fato que salienta a relevância atual de pesquisas com modelos alternativos de turismo que minimizem os impactos ocasionados pela prática turística tradicional/hegemônica e incorporem a sustentabilidade, a valorização das comunidades locais receptoras e a autogestão de seus territórios. No entanto, nas políticas públicas de turismo expostas nos trabalhos analisados prevalece a retórica e os casos de turismo alternativo são frágeis e descontínuos. Além disso, existem diversos obstáculos para o sucesso dessas políticas de turismo, devido à sua inadequada definição, aos interesses divergentes dos atores e à inoperância para sua aplicação. Assim, faz-se necessário efetividade e instrumentalização das políticas públicas de turismo alternativo.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo comunitário; Turismo ecológico; Bibliometria; Análise bibliométrica; Publicações de turismo.

¹ **Margarita María Dueñas Orozco** – Doutora em Ciências Ambientais. Professora do Departamento de Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Ji-Paraná, Rondônia, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9621366740477954>. E- mail: margarita.orozco@unir.br.

² **Frederico Yuri Hanai** – Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental. Professor do Departamento de Ciências Ambientais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7651828454575175>. E- mail: fredyuri@ufscar.com.

³ **Wilson Martins Lopes Junior** – Doutor em Geografia, Análise Ambiental e Dinâmica Territorial. Professor do Departamento de Geografia e Políticas Públicas, Universidade Federal Fluminense (UFF), Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9213724832027329>. E- mail: wilsonmartinslopesjunior@gmail.com.

ABSTRACT

This research investigated, through a bibliometric documentary analysis, scientific publications on ecotourism, community-based tourism, and sustainable tourism related to public policies for the development of alternative tourism. To this end, a systematic literature review was conducted following a rigorous protocol and adopting criteria for the selection and analysis of outstanding works. Thus, 183 bibliographic publications in English, Portuguese, and Spanish, published between 1993 and 2021, from the Scopus and Web of Science databases, were analyzed. This compendium reflected a considerable growth in publications inherent to these subjects, highlighting the current relevance of research on alternative tourism models that minimize the impacts caused by traditional/hegemonic tourism practices and incorporate sustainability, the valorization of local host communities, and the self-management of their territories. However, in the public tourism policies presented in the analyzed works, rhetoric prevails, and cases of alternative tourism are weak and discontinuous. Furthermore, there are several obstacles to the success of these tourism policies, due to their inadequate definition, the divergent interests of the stakeholders, and the ineffectiveness of their implementation. Thus, the effectiveness and instrumentalization of public policies for alternative tourism are necessary.

KEYWORDS

Community tourism; Ecological tourism; Bibliometrics; Bibliometric analysis; Tourism publications.

INTRODUÇÃO

O turismo é uma prática socioeconômica e cultural caracterizada pelos fluxos de pessoas que se deslocam motivadas por diversos atrativos ao redor do mundo. Essa atividade evidencia uma relação indissociável com a natureza, já que os ambientes naturais são frequentemente eleitos como um dos principais destinos turísticos. No entanto, apesar de sua capacidade de gerar divisas econômicas, o turismo também é responsável por impactos negativos, tanto socioambientais quanto socioespaciais, nos destinos de natureza. Por tanto, políticas públicas de turismo devem tentar dirimir tais efeitos prejudiciais e fazer da atividade uma prática responsável e sustentável que valorize os territórios.

O turismo de massa, também denominado turismo tradicional ou hegemônico, caracteriza-se por ser um sistema imediatista que visa o lucro e privilegia a grande escala, tendo um padrão uniformizador das atividades turísticas (Zaoual, 2008). Tal turismo traz consequências negativas para o meio ambiente e as comunidades locais e, portanto, novos modelos e produtos turísticos são necessários. Na atualidade, identificam-se pessoas que procuram pelo diferente, que querem conhecer o desconhecido, que pretendem se distinguir da massa (Gabrielli; 2017,

Ignarra, 1999), fato que deriva no declínio do turismo convencional. Nessa linha, sob a ótica da demanda, os turistas pretendem um diálogo e interação mais próximo com as comunidades anfitriãs, valorizando sua cultura e ambiente, num destino menos homogêneo. Sob a ótica da oferta, são as peculiaridades dos territórios os maiores atrativos, aqueles que devem ser vivenciados e valorizados, a fim de ressignificar para os visitantes e para a sociedade em geral os modos tradicionais de ser e de agir (Gabrielli, 2017).

Para um melhor entendimento destes modelos alternativos de turismo, o presente trabalho analisou 183 documentos das bases de dados *Web of Science* e *Scopus* que tratam as políticas públicas relacionadas ao ecoturismo, ao turismo de base comunitária e ao turismo sustentável. Numa primeira fase, seguiu-se um rígido protocolo de busca que considerou o idioma; as áreas de conhecimento; os títulos, as palavras-chave e os resumos, elaborando gráficos, tabelas e redes bibliométricas para análise. Numa segunda fase, desses 183 manuscritos, realizou-se a leitura na íntegra de 52, fato que permitiu um enriquecimento das discussões referentes às políticas públicas de turismo alternativo no Brasil e em países da América do Sul, Ásia e Oceania.

Diante do exposto, o presente artigo objetivou, por meio de uma revisão sistemática bibliográfica (RBS), analisar as produções científicas que dizem respeito às políticas públicas de ecoturismo, de turismo de base comunitária e de turismo sustentável, aprofundando no panorama do turismo alternativo e verificando a eficiência e aplicabilidade das diretrizes em questão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em sua atividade, o turismo convencional consome recursos naturais e altera ecossistemas, o que resulta em degradação ambiental e sociocultural. Ele cria espaços específicos nos quais a natureza é comercializada; para isso, necessita da apropriação e da transformação dos territórios. Essa é a lógica do turismo tradicional, prática capitalista que explora a natureza e as populações locais, o que pode levar à insustentabilidade.

No âmbito do turismo, o debate sobre a problemática ambiental e o desenvolvimento sustentável levou ao surgimento do turismo alternativo (TA). Essa modalidade é uma alternativa ao turismo tradicional, pois busca mitigar os impactos socioambientais e valorizar os recursos naturais e culturais, promovendo a sustentabilidade. Segundo Lunas (2006), Narvaez (2015) e Pires (2002), o turismo alternativo opõe-se ao turismo de massa e seu caráter predatório. O

turismo de massa, conforme Rabinovici e Neiman (2010), “vem acarretando uma série de problemas de ordem social, econômica e ambiental”. Fennell (2002) corrobora essa perspectiva e considera o TA uma nova possibilidade; social e ecologicamente mais viável para o desenvolvimento turístico. De acordo com Brito (2000), suas práticas devem ser responsáveis e sustentáveis, favorecendo tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais. Conforme Zaoual (2008), o turismo alternativo ou turismo situado, aprecia a diversidade, as tipicidades, num reconhecimento de outras culturas e na necessidade de um diálogo e uma aproximação num encontro que vincule e promova a autodescoberta; tal turismo tem como alicerce a “procura de sentidos por parte dos atores” (p. 4).

Nesse cenário do TA, destacam-se o ecoturismo e o turismo de base comunitária, ambos alinhados ao modelo de turismo sustentável. Este é definido de várias maneiras, mas geralmente é visto como a antítese do turismo de massa, caracterizado por grandes fluxos de pessoas que viajam para os mesmos lugares na mesma época do ano, causando danos ambientais. Em contraste, o turismo sustentável prioriza a preservação da natureza e do ambiente, garantindo sua viabilidade tanto no presente quanto no futuro, sem perder de vista seu caráter econômico.

Para Swarbrooke (2000), o turismo sustentável é “economicamente viável e não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente natural e o lado social da comunidade local” (p. 19). Ruschmann (1997) complementa ao afirmar que “os conceitos de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente” (p. 109). Körössy (2008) destaca a importância do manejo responsável dos recursos naturais para possibilitar o desenvolvimento humano atual e futuro. A Organização Mundial do Turismo (2003) define o turismo sustentável como aquele que “atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro” (p. 24). Dessa forma, o turismo sustentável é uma abordagem para a prática do turismo, não uma modalidade ou um segmento específico. Qualquer tipo de turismo que adote práticas sustentáveis pode ser considerado sustentável.

Neste contexto, que abrange aspectos importantes como a conservação ambiental e a dimensão econômica, o ecoturismo ganha destaque. Aliás, esse segmento do turismo é difícil de definir com precisão, pois inclui uma variedade de produtos e atividades relacionadas à natureza. Da mesma forma, os turistas têm diversos interesses ao buscar o ecoturismo, o que amplia a

discussão conceitual e gera múltiplas definições. Em linhas gerais, as definições de ecoturismo envolvem a conservação e a manutenção do patrimônio natural de forma sustentável, tendo como diretriz a proteção do meio ambiente por meio da educação ambiental, o que lhe confere um caráter desafiador.

Neiman e Mendonça (2000, p. 105) afirmam que “o ecoturismo surgiu como um meio de alcançar o desenvolvimento sustentável das regiões que ainda apresentam importantes conjuntos naturais, de valor ecológico, paisagístico e de conservação de culturas tradicionais”. Lindberg e Hawkins (1995) definem o ecoturismo como “a viagem responsável a áreas naturais, visando a preservar o meio ambiente e a promover o bem-estar da população local” (p. 17). Ruschmann (1994) destaca que o ecoturismo envolve o contato do turista com a natureza no espaço receptor, ao considerar o contexto socioeconômico dessas áreas e promover a educação ambiental e a sustentabilidade. No âmbito das políticas nacionais de ecoturismo, ele é definido como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, estimula sua conservação [...] promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (Brasil, 1994, p. 8).

Quando se trata de populações envolvidas em atividades ou áreas turísticas, destaca-se o turismo de base comunitária. Esse segmento está alinhado ao modelo de turismo sustentável e é objeto de ampla discussão conceitual, o que resulta em definições com enfoques distintos. Na literatura, pelo geral, os termos, turismo comunitário (TC) e turismo de base comunitária (TBC) são usados com o mesmo significado. Esse modelo de turismo é uma alternativa que se organiza em escala local, valoriza a dimensão humana, social e territorial, segue os princípios do turismo sustentável e beneficia coletivamente a comunidade.

De acordo com Bursztyn et al. (2009), o TBC “busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar” (p. 86). Nascimento e Lima (2020) afirmam que o TBC representa um modelo alternativo de turismo, “considerado um meio para alcançar o desenvolvimento sustentável da atividade turística” (p. 13). No entanto, como ressaltam Irving (2009) e Nassar et al. (2017), consolidar uma atividade sustentável como o turismo comunitário é um processo lento que demanda tempo, envolvimento coletivo e parcerias público-privadas.

Segundo Coriolano (2003), “o turismo comunitário é aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passam a ser os articuladores e construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida” (p. 41). Coriolano (2009) acrescenta que, no TC, as comunidades anfitriãs se organizam para criar “arranjos produtivos locais” que propiciam práticas de planejamento e desenvolvimento do turismo, as quais destacam a cultura e as tradições locais e permitem um controle interno não apenas das atividades turísticas, mas também do território onde elas se inserem.

Assim, o conceito de território se mostra como base das relações sociais e produtivas, e expressa também o caráter identitário, cultural e de coesão dos indivíduos de uma comunidade. Irving (2009) afirma que o TBC “favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e [...] promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento” (p. 111). Bartholo et al. (2009) ressaltam que o fundamento do TBC está na diversidade; além disso, é um grande aliado das comunidades tradicionais, rurais, litorâneas, interioranas etc. do Brasil e pode ser um vetor de desenvolvimento local.

Nesse contexto do turismo e suas variações, que compreendeu desde a abordagem sustentável, o modelo comunitário e o segmento ecoturismo, é fundamental destacar o papel das políticas públicas – as quais refletem as questões governamentais e suas ações de caráter social, econômico, ambiental, dentre outras, direcionadas à sociedade. Segundo Bucci (1997), a política pública pode ser considerada um programa de ação governamental. Mastrodi e Ifanger (2019) afirmam que “políticas públicas visam a realizar um objetivo traçado, voltado ao desenvolvimento social ou ao crescimento econômico” (p. 16).

No âmbito da gestão e do planejamento público, é cada vez mais comum a existência de políticas públicas voltadas ao setor do turismo. Elas são implementadas para o desenvolvimento da atividade turística e sua regulamentação. As políticas públicas de turismo podem assumir um caráter desenvolvimentista, favorecendo exclusivamente o capital, mas também podem seguir uma diretriz sustentável, responsável e inclusiva. Beni (2006) destaca que as políticas públicas de turismo “são orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo os muitos aspectos operacionais da atividade” (p. 91). Cruz (2006) afirma que “a política pública de turismo deve ser um documento público, que reúna o pensamento do(s) poder(es) público(s) (local,

estadual, regional ou nacional) com relação à organização do setor do turismo em dado território” (p. 342).

Assim, as políticas públicas de turismo devem possuir objetivos e estratégias expressos num conjunto de diretrizes reunidas no planejamento a ser implementado pelos governantes. Dessa forma, o planejamento do turismo ocorre no âmbito do território, a partir de políticas públicas que considerem os benefícios do turismo nas esferas econômica, social e ambiental, bem como seus impactos em diferentes escalas.

MATERIAL E MÉTODOS

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA

Devido à acelerada produção de informação nas diversas áreas do conhecimento e sobre as mais variadas temáticas, considerou-se conveniente adotar a revisão bibliográfica sistemática (RBS) como procedimento de pesquisa. A RBS, inicialmente utilizada na área de saúde e hoje extrapolada para as demais áreas, oferece subsídios para uma revisão planejada e rigorosa, com altos níveis de eficiência. No processo da RBS, deve-se realizar um protocolo rigoroso que contenha as etapas metodológicas a serem seguidas, a fim de evitar a subjetividade na pesquisa e obter resultados consistentes (Guanilo *et al.*, 2011). Segundo Sampaio e Mancini (2007), as etapas que compõem a RBS podem ser resumidas nos cinco passos seguintes: a. Definir uma pergunta clara e concisa; b. Buscar evidências; c. Revisar e selecionar estudos; d. Analisar a qualidade metodológica dos estudos; e. Apresentar os resultados.

Na busca propriamente dita, as informações foram recuperadas utilizando duas bases de indexação de publicações científicas do Portal de Periódicos Capes. A primeira foi a Scopus, da Elsevier, que se caracteriza por ser uma base de dados interdisciplinar que contém resumos e citações e cobre cerca de 240 áreas do conhecimento. A segunda foi a *Web of Science* (WoS), da Clarivate, banco de dados abrangente e multidisciplinar que contém citações e referências. Na WoS, a busca foi realizada por tópico, que inclui título, resumo, palavras-chave do autor e *Keywords Plus* (palavras geradas automaticamente pela base, oriundas dos títulos dos documentos citados, que aumentam os resultados convencionais das palavras-chave ou títulos). Na Scopus, a busca está padronizada por *article title, abstract, keywords*.

Assim, a estratégia de busca (*string* de busca) foi composta basicamente por dois grupos. O primeiro considerou os diferentes segmentos ou abordagens do turismo alternativo/sustentável de interesse, e o segundo considerou a temática das políticas públicas para o turismo. No quadro 1, visualizam-se as palavras incluídas em cada grupo, um termo de exclusão e a *string* final utilizada.

Quadro 1. Grupos de palavras para estratégias de busca

Grupo 1	Grupo 2	Exclusão
"community-based tourism" "communit* tourism" ecotourism - "eco-tourism" "sustainab* tourism" cbt "green tourism"	"public polic**"	"cognitive behavior therapy"
STRING FINAL DE BUSCA ("community-based tourism" OR "communit* tourism" OR ecotourism OR "eco-tourism" OR "sustainab* tourism" OR cbt OR "green tourism") AND "public polic**" AND NOT "cognitive behavior therapy"		

Fonte: elaboração própria (2023).

Na busca, consideraram-se os operadores booleanos para ampliar (OR, *) ou limitar (NOT, " ") os resultados. Esclarece-se que, em buscas preliminares, percebeu-se que a sigla CBT (*community based tourism*) também possuía outros significados distintos, motivo pelo qual o termo foi excluído na *string* de busca.

Os filtros utilizados para refinar a busca foram o idioma e as áreas de conhecimento. Para o idioma, escolheu-se trabalhar com inglês, português e espanhol, este último pelo fato de as temáticas do turismo alternativo serem mais expressivas em países do Sul Global. Para as áreas de conhecimento, retiraram-se aquelas com as quais a temática de pesquisa (turismo) não tem relação. Realizou-se a leitura de títulos, palavras-chave e resumos para obtenção de amostra representativa. Ressalta-se que a busca não foi filtrada por tipo de documento – usualmente, por artigos (revisados por pares) –, uma vez que a temática de políticas públicas pode ser tratada em relatórios, livros, capítulos etc. De igual maneira, não foi delimitado um intervalo de tempo, visando ampliar a busca e verificar tendências da temática de estudo em um longo período.

As ferramentas utilizadas para tratamento dos dados foram o Excel, da *Microsoft*; o software de construção e visualização de redes bibliométricas *VOSviewer*, versão 1.6.18; e o *EndNote Online*, software gerenciador de bibliografias para publicação de artigos científicos. O *VOSviewer* é uma ferramenta que permite a elaboração de mapas de dados disponíveis em bancos de dados e sua posterior visualização. Esses mapas criam redes entre países, autores, organizações, revistas

científicas etc. – resultado da bibliometria realizada por meio da amostra de publicações obtidas com a execução do protocolo. “Os itens nessas redes podem ser conectados por coautoria, coocorrência, citação, acoplamento bibliográfico ou links de cocitação” (Eck & Waltman, 2022, p. 3). O *VOSviewer* fornece três visualizações: visualização de rede, visualização de sobreposição e visualização de densidade. Esclarece-se que as redes de colaboração ou mapas bibliométricos estão compostos por itens (termos/palavras-chave, publicações ou autores/pesquisadores) e links (linhas de conexão).

O *EndNote* permitiu unir os resultados das duas bases escolhidas (*Scopus* e *WoS*) e excluir os dados duplicados. Essa ação, todavia, não removeu por completo as duplicatas, e foi preciso fazer uma confirmação na lista de resultados do conjunto. Importante ressaltar que essa junção de bases resulta numa maior abrangência de documentos analisados; no entanto, o software *VOSviewer* fica limitado à produção, unicamente, de mapas de autores e de palavras-chave. Portanto, foi necessário realizar em planilha Excel, manualmente, a convergência dos resultados das duas bases e voltar a conferir os duplicados. No *VOSviewer*, múltiplos ajustes foram realizados no decorrer do processo de elaboração de mapas bibliométricos com vistas a corrigir e/ou eliminar inconsistências dos dados – como, por exemplo, fazer a junção de palavras quase iguais (tais como *public policy/public policies*).

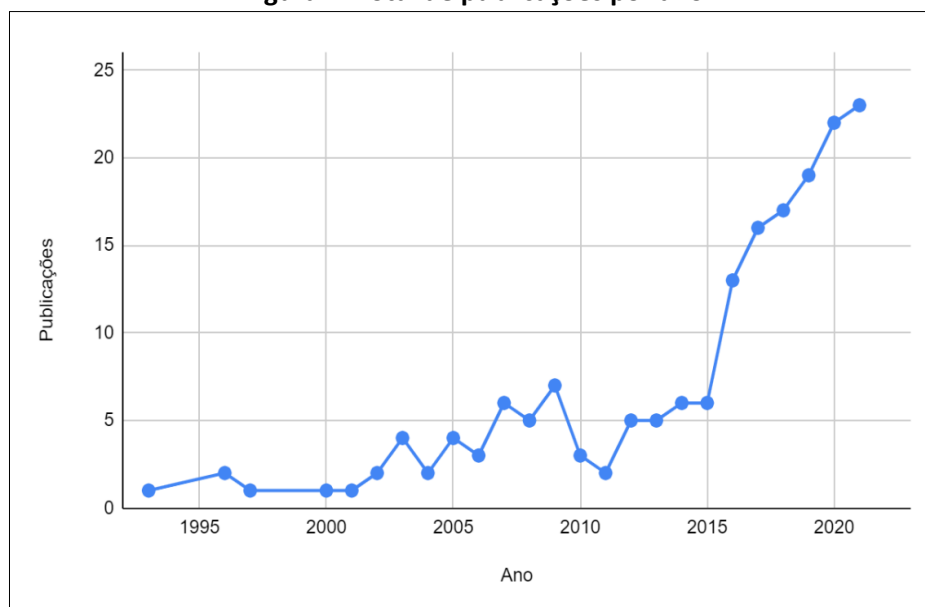
Após a obtenção rigorosa e sistematizada dos documentos, mais um procedimento foi adotado com a finalidade de dar suporte e respaldo para adicionar relevantes informações que se relacionam às temáticas específicas de estudo. Dessa maneira, dos 183 documentos da bibliometria, determinou-se, a partir de mais um filtro de seleção (leitura de introdução e conclusões), a subamostra de 52 documentos para serem lidos na íntegra e dos quais se derivou uma síntese sobre os assuntos de estudo, complementando a revisão bibliográfica sistemática. O material proporcionou o enriquecimento das discussões dos temas de interesse (políticas públicas de ecoturismo, turismo de base comunitária e turismo sustentável), além de permitir comparações de estudos em outros lugares do Brasil e do mundo.

RESULTADOS

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Os dados foram identificados e obtidos em agosto de 2022. Foram analisados 183 documentos advindos da integração dos resultados das bases *Scopus* e *Web of Science (WoS)*. Ainda que não se tenha estipulado um período para abranger os resultados da pesquisa, a *Scopus* aportou informações desde 1993, e a *WoS*, desde 2002. Assim, na figura 1, pode-se visualizar o número de publicações por ano, de 1993 a 2021.

Figura 1. Total de publicações por ano



Fonte: elaboração própria (2023).

Até 2015, as publicações oscilaram entre uma e sete; o ano de 2009 registrou o maior número de produções. A partir de 2015, percebe-se um crescimento nos documentos produzidos, cujo máximo desempenho foi alcançado em 2021, com 23 publicações. Até agosto de 2022, a produção total anual contabilizou sete publicações. Dos documentos originais examinados, 81,4% tinham o inglês como idioma original; 12,6%, o espanhol; 4,4%, o português; e 1,6%, duas linguagens de origem (inglês/chinês, inglês/português, inglês/espanhol).

No quadro 2, apresentam-se os tipos de documentos da amostra e sua quantidade.

Orozco, M. M. D., Hanai, F. Y., & Lopes Junior, W. M. (2026). (In)sustentabilidade das políticas públicas do turismo alternativo: uma revisão bibliográfica sistemática da produção acadêmica entre os anos de 1993 a 2021, *18*(00), e026005. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v17ip026005>

Quadro 2. Tipo de documentos e quantidade

Tipo de documento	Quantidade
Artigo	140
Livro	2
Capítulo de livro	7
Trabalho apresentado em evento	7
Nota	2
Anais de evento	13
Revisão	10
Survey	2
TOTAL	183

Fonte: elaboração própria (2023).

No quadro 3, descrevem-se, dos documentos analisados, aqueles que possuem maior número de citações, assim como seus autores correspondentes.

Quadro 3. Documentos com maior número de citações e seus autores

Ano	Título	Autores	Quantidade de citações
1997	<i>Is ecotourism sustainable?</i>	Wall, G.	195
2013	<i>Resources and capabilities as drivers of hotel environmental marketing strategy: Implications for competitive advantage and performance</i>	Leonidou, L. C.; Leonidou, C. N.; Fotiadis, T. A.; Zeriti, A.	194
2001	<i>Tourism revenue-sharing around national parks in Western Uganda: Early efforts to identify and reward local communities</i>	Archabald, K.; Naughton-Treves, L.	190
2002	<i>Assessing a voluntary environmental initiative in the developing world: The Costa Rican Certification for Sustainable Tourism</i>	Rivera, J.	190
2005	<i>The entrepreneurship factor in sustainable tourism development</i>	Lordkipanidze, M.; Brezet, H.; Backman, M.	164
2015	<i>Progress in tourism planning and policy: A post-structural perspective on knowledge production</i>	Dredge, D.; Jamal, T.	121
2016	<i>Carbon labels in tourism: Persuasive communication?</i>	Gössling, S.; Buckley, R.	114
1993	<i>The rise of coastal and marine tourism</i>	Miller, M. L.	95
2017	<i>Destination competitiveness and tourism development in Russia: Issues and challenges</i>	Andrades, L.; Dimanche, F.	91
2005	<i>Aiming for sustainability in the tour operating business</i>	Tepelus, C. M.	63
	TOTAL		1417

Fonte: elaboração própria (2023).

O total de citações desses dez documentos representa quase a metade (49,2%) das citações dos 183 documentos examinados (2880 citações), o que evidencia a importância das publicações supracitadas. O quadro 4 relaciona, em ordem decrescente, os periódicos que possuem mais de três documentos publicados.

Quadro 4. Periódicos com maior quantidade de documentos publicados

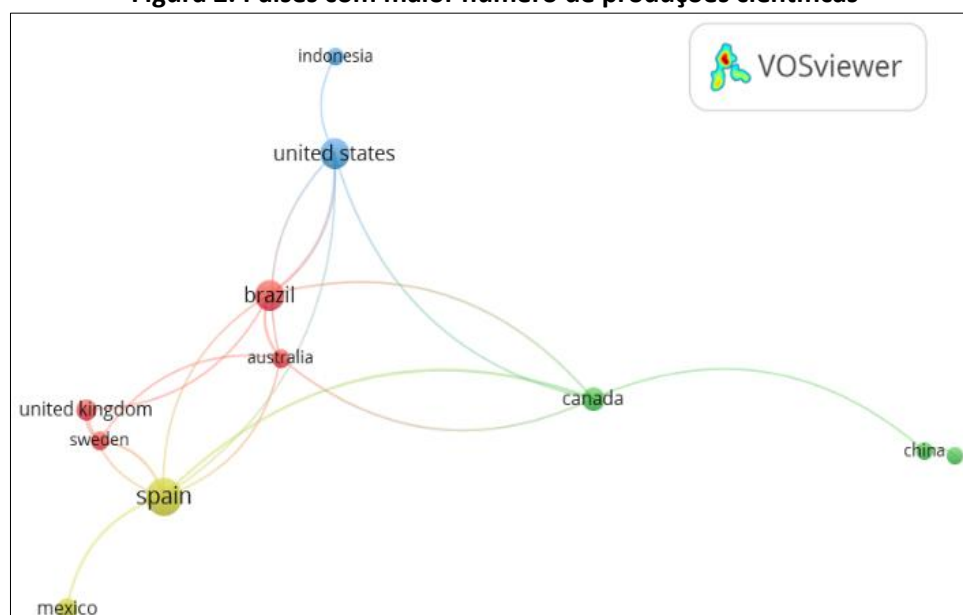
Periódico	Quantidade de documentos
<i>Journal of Sustainable Tourism</i>	12
<i>Sustainability (Switzerland)</i>	9
<i>Journal of Cleaner Production</i>	6
<i>Tourism Management</i>	4
<i>Environmental Management</i>	4
<i>Tourism Management Perspectives</i>	3
<i>Sustainability</i>	3
<i>Anales de Geografía de la Universidad Complutense</i>	3
<i>WIT Transactions on Ecology and the Environment</i>	3

Fonte: elaboração própria (2023).

Quando se trata do número de citações dos mencionados periódicos, o destaque é para o *Journal of Cleaner Production* (439 citações) e para o *Tourism Management* (414 citações).

Enfatiza-se que, na construção e visualização de redes bibliométricas como as apresentadas a seguir, o tamanho dos círculos e das etiquetas (letras) representam, por exemplo, o número de documentos ou citações. As cores dos círculos estão determinadas pelo cluster ao qual o item pertence (Eck; Waltman, 2022). Assim, pela análise de coautoria, um total de 52 países publicaram os 183 documentos analisados. A figura 2 contém a visualização de rede dos países mais representativos no contexto estudado, sendo que cada país gerou no mínimo cinco produções documentadas.

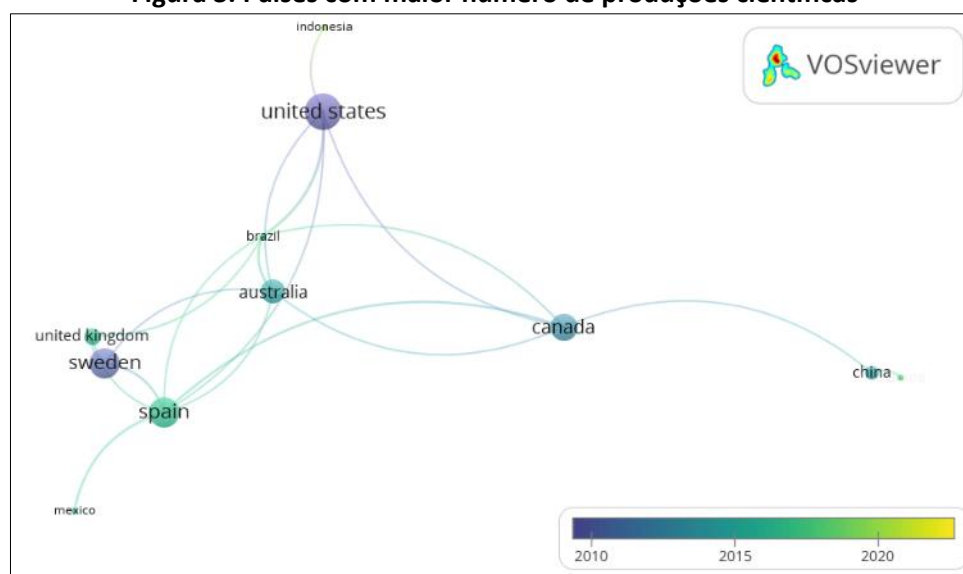
Figura 2. Países com maior número de produções científicas



Fonte: elaboração própria (2023).

É importante notar que esses países estão em destaque pelo conjunto das três temáticas congregadas na *string* de busca aplicada e que diz respeito ao ecoturismo, ao turismo de base comunitária e ao turismo sustentável. Os países com maior produção de documentos na temática em estudo, portanto, foram a Espanha (23), o Brasil e os Estados Unidos (15) e o Canadá (nove). No entanto, quando a análise de países é realizada por número de citações, a ordem se modifica. A figura 3 visualiza os países com referência às citações.

Figura 3. Países com maior número de produções científicas



Fonte: elaboração própria (2023).

Dessa maneira, ressalta-se o número de citações de documentos oriundos dos Estados Unidos (634), da Suécia (425), da Espanha (419) e do Canadá (358). Percebe-se claramente que, quando a análise se refere ao número de citações, os países desenvolvidos ocupam as primeiras posições; assim, suas publicações técnico-científicas têm maior impacto e visibilidade internacional, independentemente do número de documentos. A Suécia, por exemplo, com somente seis documentos produzidos, tem 425 citações, atrás apenas dos Estados Unidos. O Brasil, mesmo com uma produção elevada de documentos (segunda posição, derivada do mapa anterior), contabiliza apenas 23 citações. Este resultado demonstra a hegemonia do idioma inglês e o domínio dos países do hemisfério norte sobre os do hemisfério sul.

Por outro lado, na análise do mesmo mapa, na visualização da escala temporal, nota-se que as citações dos 11 países que fazem parte da rede foram feitas em anos anteriores e que, recentemente, esses países não têm produzido tantas publicações sobre os assuntos de

interesse. Provavelmente, nos últimos anos outros países estão produzindo cientificamente sobre as temáticas ecoturismo, turismo de base comunitária e turismo sustentável, assim como sobre as políticas públicas relacionadas aos temas.

Seguindo com a análise de autoria, os 183 documentos analisados foram produzidos por 365 autores, uma média de dois autores por manuscrito. O quadro 5 apresenta os autores com mais documentos publicados e o número de citações correspondentes para o total de produções.

Quadro 5. Autores com maior quantidade de documentos publicados e citações

Periódico	Quantidade de documentos	Citações
Tepelus, C. M.	3	139
Wall, G.	2	225
Castanho, R. A.	2	19
Couto, G.	2	19
Pimentel, P.	2	19
Sousa, A.	2	19
Alves, G. L.	2	2

Fonte: elaboração própria (2023).

O maior número de documentos por autor é de três produções. O restante que consta no quadro 6 é autor de dois documentos. Os demais autores, não referenciados aqui, publicaram apenas um documento. Percebe-se que a distribuição de autores é bem dispersa.

Passando à análise de coocorrência, é importante identificar as palavras-chave com mais destaque, assim como o nível de correlação entre elas. Assim, dos 183 resultados examinados, houve um total de 524 palavras-chave, referente às palavras-chave dos autores. Inicialmente, realizou-se a análise considerando o aparecimento da palavra-chave por, no mínimo, duas vezes; assim, foram obtidas 72 palavras. A figura 4 apresenta a rede das palavras-chave dos autores nesse cenário mais abrangente.

Orozco, M. M. D., Hanai, F. Y., & Lopes Junior, W. M. (2026). (In)sustentabilidade das políticas públicas do turismo alternativo: uma revisão bibliográfica sistemática da produção acadêmica entre os anos de 1993 a 2021, 18(00), e026005.
<http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v17ip026005>

10	Conflict	2	4
11	Conservation	2	3
12	consumer behaviour	2	7
13	corporate social responsibility	2	7
14	cultural heritage	3	7
15	Development	3	7
16	ecosystem services	5	7
17	Ecotourism	26	49
18	Ecuador	2	4
19	Environment	6	18
20	environmental policy	3	5
21	environmentally motivated consumption reduction	2	10
22	experience tourism	2	6
23	fishing tourism	2	5
24	Governance	2	1
25	governance and public policy	2	2
26	green practices	2	2
27	herding bias	2	10
28	hotel industry	2	2
29	impact assessment	2	6
30	Indicators	2	6
31	indigenous communities	2	6
32	Innovation	2	2
33	local development	2	6
34	Management	2	5
35	Massification	2	6
36	Mexico	3	1
37	national parks	2	4
38	natural resources	2	1
39	nature tourism	4	12
40	nature-based tourism	2	4
41	Overtourism	2	2
42	Participation	2	3
43	Perceptions	2	3
44	Planning	3	10
45	Policy	5	6
46	policy making	2	2
47	Poverty	2	6
48	protected natural áreas	2	6
49	public policy	20	29
50	quota system	2	6

51	regional development	3	8
52	regional studies	2	8
53	rural development	2	3
54	self-monitoring	2	10
55	stakeholder engagement	2	6
56	Stakeholders	2	2
57	Sustainability	14	27
58	sustainable development	19	47
59	sustainable development goals	2	2
60	sustainable tourism	37	57
61	sustainable tourism development	3	4
62	sustainable tourism indicators	2	1
63	territorial Governance	2	8
64	Tourism	24	43
65	tourism development	3	1
66	tourism Governance	3	4
67	tourism impacts	2	3
68	tourism management	7	9
69	tourism planning	4	3
70	tourism policy	7	9
71	tourism products	2	8
72	travel reduction	2	10

Fonte: VOSviewer (2023).

Neste compêndio, percebem-se alguns grupos importantes para a compreensão da temática abordada. Por um lado, têm-se os termos “sobreturismo” e “massificação” (destacados na cor laranja), que bem representam o turismo convencional; por outro, chama-se a atenção para as “mudanças climáticas” (na cor roxa). No entanto, possíveis respostas aos impactos ocasionados pelo turismo de massa (os quais ocasionam gases de efeito estufa, basicamente no deslocamento para os destinos de viagem) evidenciam-se com as palavras-chave “comportamento do consumidor”; “redução de consumo com motivação ambiental”; “redução de viagens”; “práticas verdes” e “automonitoramento” (na cor azul). Como trazem Landauer et al. (2018), é necessário adequar as políticas públicas de turismo para os cenários de mudanças climáticas.

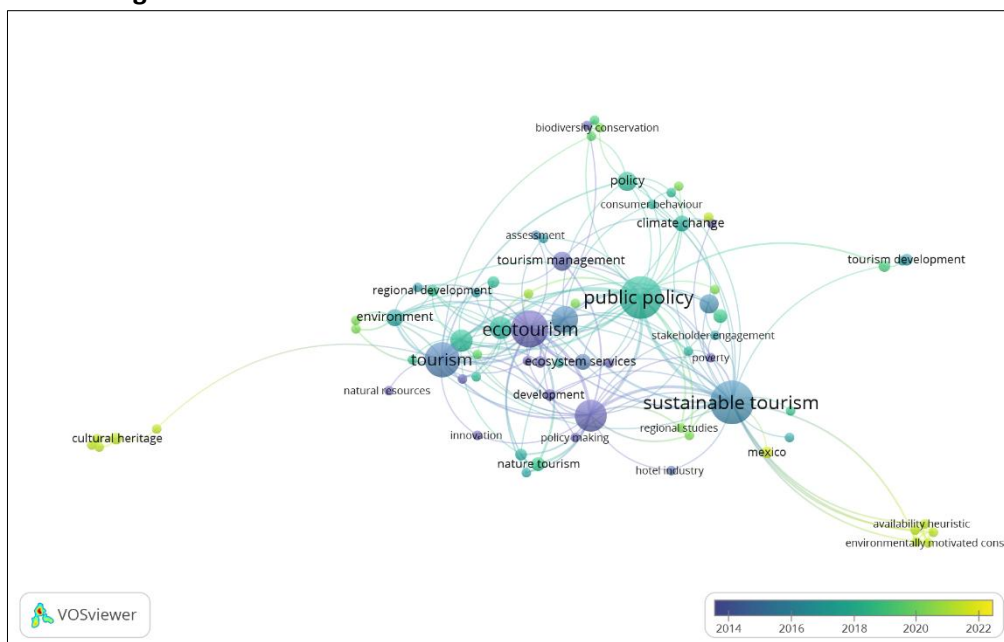
Ressalta-se que não somente o turista deve entrar nessa sintonia e refletir diante de seus comportamentos, mas também todos os atores associados à cadeia produtiva do turismo. Nesse

contexto, as palavras-chave “responsabilidade social corporativa” e “envolvimento das partes interessadas” (na cor marrom) entram em cena.

Outra vertente, que muito se relaciona ao tema em estudo, diz respeito às palavras-chave “Amazônia”, “patrimônio cultural” e “comunidades indígenas” (na cor verde), as quais são alicerces para o turismo de base comunitária, com casos interessantes a serem conhecidos, discutidos e aprimorados. No entanto, são áreas com histórico de escravização e opressão, nas quais a palavra “conflito” (em negrito) pode estar relacionada. Para sair deste cenário de subvalorização e dominação, a “governança territorial” (em negrito) é imprescindível para as comunidades tradicionais que habitam nesse bioma.

A análise também pode ser realizada no decorrer do tempo, por meio da visualização de sobreposição, conforme a figura 5, que destaca as palavras-chave numa escala entre 2014 e 2022. Percebem-se poucas palavras-chave sendo estudadas recentemente; elas aparecem distantes da rede central. Destacam-se as palavras “patrimônio cultural”, “heurística de disponibilidade” e “redução de consumo com motivação ambiental”.

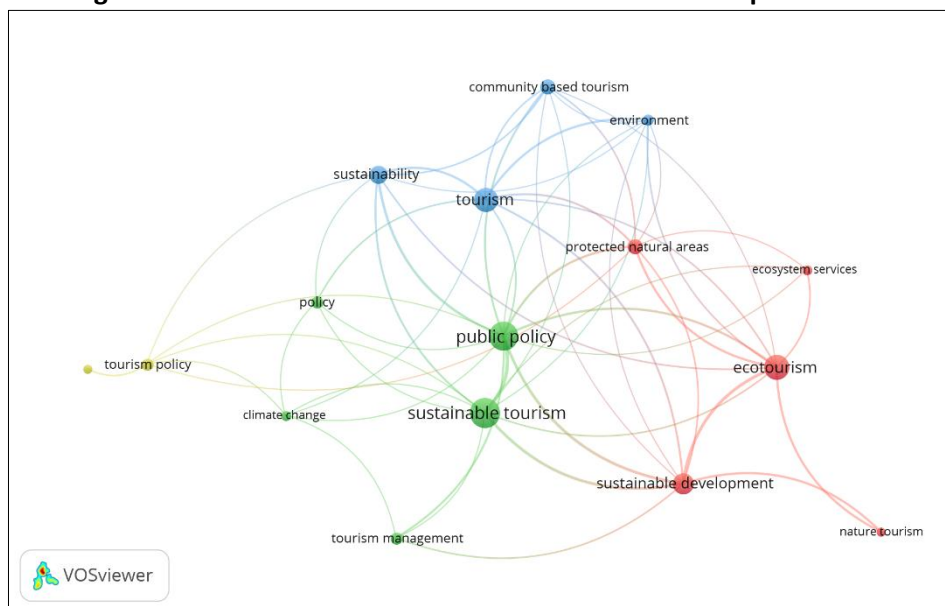
Figura 5. Palavras-chave dos autores citadas ao menos duas vezes



Fonte: elaboração própria (2023).

Num contexto mais específico, analisaram-se as 16 palavras-chave que têm como número mínimo quatro ocorrências. Na figura 6, visualiza-se a rede construída por meio do VOSviewer.

Figura 6. Palavras-chave dos autores citadas ao menos quatro vezes

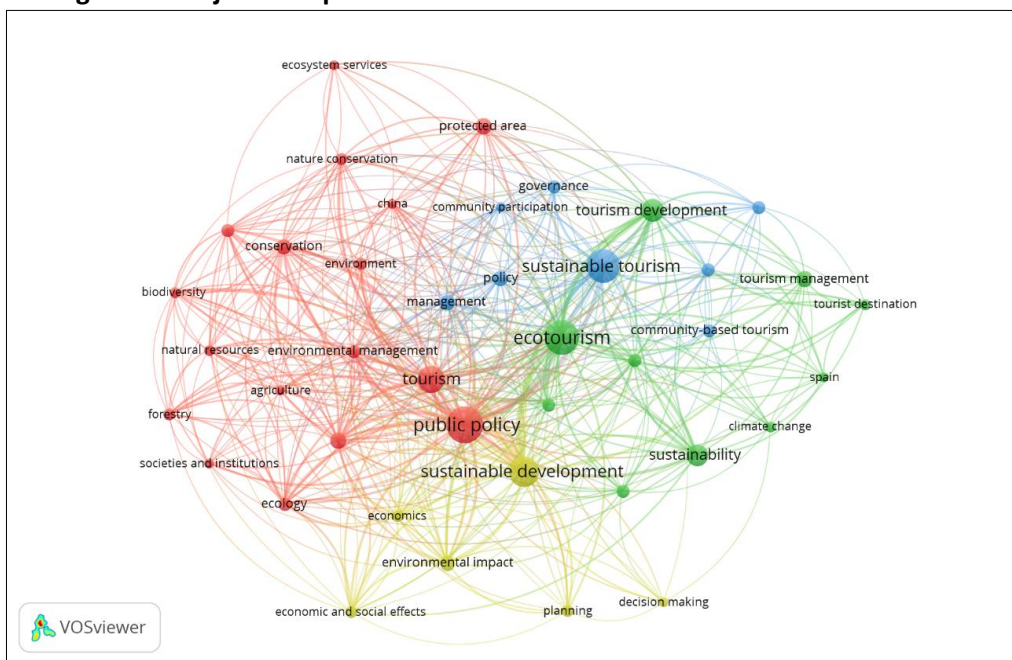


Fonte: elaboração própria (2023).

Nesta rede, evidencia-se a ocorrência de três clusters maiores. O verde relaciona duas das palavras centrais de busca “turismo sustentável” e “políticas públicas” à “gestão em turismo”, às “mudanças climáticas” e às “políticas” em geral. O cluster vermelho tem como palavra-chave “ecoturismo”, relacionando-o com o “turismo na natureza”, que normalmente é praticado em “áreas naturais protegidas” e que oferece diversos “serviços ecossistêmicos”, tendo papel fundamental no “desenvolvimento sustentável” como um todo. O cluster azul traz a relação entre “turismo”, “turismo de base comunitária”, “ambiente” e “sustentabilidade”. Finalmente, o cluster amarelo traz somente uma palavra, “política(s) de turismo”.

Além da análise das palavras-chave dos autores, realizou-se a análise do conjunto de palavras-chave que inclui as dos autores e as de indexação; foram obtidas 1066 palavras-chave no total. As 41 palavras-chave mais relevantes, cujo número mínimo de ocorrências é igual a cinco, encontram-se na figura 7.

Figura 7. Conjunto de palavras-chave com ocorrência mínima de cinco vezes



Fonte: elaboração própria (2023).

Nesse contexto, as palavras “turismo” e “desenvolvimento do turismo” se destacam. O cluster vermelho é aquele que tem mais conexões com outros termos. As políticas públicas para um turismo sustentável devem ser motivadas pela proteção da natureza e pela conservação de áreas protegidas, uma vez que a biodiversidade oferece serviços ecossistêmicos determinantes não só para a atividade turística em si, mas para a sobrevivência dos seres vivos na terra. O cluster verde, relacionado ao ecoturismo, aponta a gestão do turismo para a sustentabilidade e traz à tona uma importante e atual temática, as mudanças climáticas. O cluster amarelo, que ressalta o desenvolvimento sustentável, foca basicamente na economia e nos impactos ambientais e sociais. A tomada de decisão e o planejamento são mencionados. O cluster azul, referente ao turismo sustentável, conecta-o à governança, à gestão e às políticas, e relaciona a participação comunitária e o turismo de base comunitária como integradores desse processo.

Numa perspectiva temporal, de 2000 a 2022, as palavras-chave concentram-se nas cores azul e verde, o que sinaliza que foram termos utilizados anteriormente (figura 8). Poucas palavras da amostra escolhida estão em vigor nos últimos anos de análise, o que poderia indicar que o tema não está atualmente em evidência ou não está sendo fomentado. Os temas atuais parecem estar relacionados à governança, à participação comunitária e ao turismo de base comunitária, situação positiva para a pesquisa. No entanto, não se visualizam novas tendências, que estariam

No novo mapa, mais um cluster é criado, o roxo. No entanto, as palavras-chave que o integram parecem ser muito similares às do cluster vermelho. Perceberam-se novos conceitos que fazem referência ao âmbito “rural”, possivelmente devido à pandemia de Covid-19, uma vez que os turistas passaram a valorizar experiências fora das urbes, atividades ao ar livre, contato com a natureza em áreas protegidas, unidades de conservação e áreas rurais.

DISCUSSÃO

A partir do exame minucioso dos 52 documentos elencados na metodologia, assim como de múltiplos registros lidos anteriormente à revisão, extraíram-se algumas percepções relevantes sobre o turismo alternativo e suas políticas públicas, notadamente sobre sua efetividade e sustentabilidade; sobre seus entraves e dinâmicas em países do Sul Global:

Em artigos mais antigos, o turismo é concebido como indústria (Wall, 1997; Abdullah et al., 2003; Shaalan, 2005; Çetinel & Yolal, 2009; Whitford & Ruhanen, 2010; Torres-Delgado & Palomeque, 2012; Khoshkam et al., 2014), e os enfoques econômico e técnico prevalecem, focando explicitamente na exploração dos recursos naturais e culturais de modo utilitarista, capitalista assim como abordando a importância da capacitação/treinamento de comunidades tradicionais e povos aborígenes/indígenas, desvalorizando seu conhecimento ancestral e empírico. Um documento específico diz respeito à indústria da hospitalidade (Popescu & Zamfir, 2011), termo bastante contraditório. Em documentos mais atuais, percebe-se uma visão mais sistêmica e holística do turismo.

Percebem-se confusões terminológicas nos documentos analisados na Revisão Bibliográfica Sistemática. A exemplo, os termos agroturismo, turismo rural e desenvolvimento local sustentável no México (Pérez-Olmos & Aguilar-Rivera, 2021) e a falta de clareza entre turismo comunitário e ecoturismo, e, turismo social e etnoturismo, em artigo sobre políticas públicas na Colômbia (Rodriguez, 2018). Neste sentido, sugere-se a leitura do artigo *Is ecotourism sustainable?* de Wall (1997). O trabalho contribui ao esclarecer imprecisões entre ecoturismo, sustentabilidade e desenvolvimento. O autor, de forma crítica e reflexiva, analisa incongruências, diferenças retóricas e múltiplas interpretações, defendendo uso qualificado dos termos para promover debates mais fidedignos e avançar rumo a soluções concretas no turismo.

Foram identificadas duas revisões sistemáticas sobre Turismo de Base Comunitária (TBC). A primeira, de Graciano e Holanda (2020), realizou análise bibliométrica entre 2013 e 2018. A segunda, de Conti et al. (2021), examinou 330 artigos da base *Scopus* e destacou o uso dos termos TBC e TC como sinônimos. Na presente pesquisa, observou-se que TBC é mais empregado no Brasil, enquanto TC predomina em outros países latino-americanos. Ressalta-se que este estudo integra TBC, ecoturismo, turismo verde e turismo sustentável, ampliando o escopo do turismo alternativo ou contra hegemônico e sua relação com políticas públicas.

Como descrito por Conti et al. (2021), as temáticas de turismo alternativo concentram-se em países do Sul Global, sendo que se encontram mais estudos na Ásia, na América e na África. Na maioria dos países desta região o turismo vê-se como como indutor de desenvolvimento e como estratégia para aliviar a pobreza. Esses continentes possuem rica biodiversidade (florestas tropicais) e culturas; no entanto, seus habitantes vivem em condições desfavoráveis. Portanto, corrobora-se a importância de explorar bases de dados diferentes do *Scopus* e da *Web of Science*. Assim, sugere-se o uso do banco de dados “Publicações de Turismo”, que reúne artigos de periódicos ibero-americanos e utiliza o sistema *Open Journal System* (OJS), uma vez que possui artigos indexados de oito países: Brasil, Espanha, Portugal, México, Colômbia, Chile, Argentina e Peru e mais publicações em espanhol e português.

Em concordância com este estudo, Conti et al. (2021) apontam evolução vertiginosa de produções sobre as temáticas específicas e reconhecem, como possível causa, os efeitos negativos do modelo vigente de turismo que impacta os recursos naturais e as formas de organização social das comunidades, a exemplo o sobreturismo. Ambas as pesquisas focam em formas contra hegemônicas de turismo e convergem no fato de que a comparação de resultados de políticas públicas pode ser relevante para o apoio às iniciativas de TBC.

Assim, constatou-se que, na Colômbia, as políticas públicas de turismo detêm um viés meramente econômico. Seu planejamento é pautado mais por aspectos políticos que técnicos. Tais políticas não possuem “planos de ação, distribuição de recursos, metas verificáveis, processos de seguimento e todos os fatores exigidos de um documento que contém e expressa uma política pública” (Rodríguez, 2018, p. 204), parecendo um referencial teórico com efetividade discutível. De acordo com os resultados, o turismo comunitário não é um setor que atrai atenção dos formuladores de políticas públicas, uma vez que gera benefícios para

pequenas comunidades carentes, não favorecendo o setor privado, o qual frequentemente está aliado ao Estado.

A autora traz profusa reflexão quando afirma que as comunidades, já carentes, colocam como produto turístico seu patrimônio ambiental e cultural e, sendo assim, seu território se oferta numa lógica utilitarista e se vende como recurso, como bem, como capital! Além disso, o Estado se exime de suas responsabilidades inerentes a saúde, educação, segurança e bem-estar social e delega tais aos benefícios do turismo. No país existe uma Política Nacional de Turismo Comunitário que traz a necessidade de organização, capacitação e treinamento das comunidades envolvidas. Mas, de fato, tais ações não se concretizam dada a inexistência de organizações ou outros atores que impulsionem projetos neste sentido. Assim, o estudo sugere a elaboração de políticas públicas de turismo a nível local, em processo *down-top*, para atingir efeitos reais, uma vez que as comunidades conhecem seus problemas e podem sugerir alternativas para solucioná-los.

No Equador, segundo García Espinoza, Mendoza Tarabó e Rodriguez Soares (2017), o turismo tem se destacado nos últimos anos, contribuindo significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB), impulsionado por riquezas históricas, culturais e naturais, especialmente áreas protegidas. Mendoza-Montesdeoca, Rivera-Mateos e Doumet-Chilán (2022) apontam a oferta do turismo como dispersa e desestruturada, e as políticas ambientais e turísticas genéricas, sem planejamento ou ação. Inexiste um marco de gestão, ordenação e planejamento intersetorial, evidenciando ausência de política proativa frente ao turismo emergente e desordenado. Observa-se carência de dados e estatísticas, além de falhas na comunicação entre *stakeholders* e população local, sendo a governança um elemento prioritário a ser trabalhado.

No litoral de Santa Helena, Tuquinga, Hidalgo e Tarabó (2022) identificaram distribuição desigual e pouco transparente dos benefícios do turismo, com empirismo, baixa participação comunitária e reduzidos ganhos locais, comprometendo a sustentabilidade. É também recomendado planejamento *bottom-up*, com empoderamento comunitário, controle local e ações coletivas, visando um processo endógeno e sustentável, com reestruturação da gestão.

Por outra parte, em três comunidades da rota de Spondylus; García Espinoza, Mendoza Tarabó e Rodrigues Soares (2017) observaram que o turismo comunitário frequentemente é induzido pelo poder público, com participação limitada a projetos externos previamente definidos. A

oferta turística origina-se de atores externos, gerando conflitos, como na comuna dos Mangas, onde há um “mercado clandestino” de guias que descumprem acordos comunitários. Assim, o turismo comunitário passa a ser imposto pelo Estado, reduzindo ou anulando a participação local e configurando uma ilusão de desenvolvimento.

Passando ao continente africano, o principal produto turístico é a vida selvagem. Em 2016, o governo de Namíbia, que tem nas áridas paisagens seu maior atrativo, iniciou o processo de formulação de uma política de TBC para benefício das comunidades. Na política, os povos tradicionais figuravam como protagonistas; todavia, alguns autores mencionam que “os grupos étnicos e as populações são visivelmente utilizadas na promoção do turismo, mas o seu papel real é por vezes marginalizado” (Novelli; Gebhart, 2007; Saarinen; Niskala, 2009; Lapeyre, 2011; Ndlovu et al., 2011 *apud* Kavita; Saarinen, 2016).

Em Uganda, na África Oriental, o terceiro documento mais citado na bibliometria, analisa a distribuição das receitas do turismo nos parques nacionais, com foco na compensação das populações locais. Segundo Archabald e Naughton-Treves (2001), há conflitos entre comunidades e conservação da vida selvagem, pois antigas áreas agrícolas foram convertidas em áreas de proteção de espécies como elefantes e girafas, resultando em expropriações e deslocamentos. Ademais, a invasão de plantações por animais gera prejuízos às populações residentes em áreas protegidas. As comunidades e agências entrevistadas sobre a repartição das receitas do turismo identificaram quatro obstáculos para concretizar as diretrizes: políticas mal definidas e instituições instáveis; corrupção; insuficiência de recursos; e divergência de interesses entre *stakeholders*. Os autores, com base no estudo e em experiências africanas, apontaram quatro fatores para mudança do cenário: apoio institucional de longo prazo; adequada definição das comunidades e projetos; transparência e responsabilização; e financiamento adequado.

No Nepal, Ásia Meridional, as políticas públicas são direcionadas e dependem, em grande parte, do setor privado, devido ao alto investimento internacional para o turismo. O país recebe forte pressão de agentes externos, fato que se evidenciada no seguinte texto: “nas últimas duas décadas as políticas de turismo do Nepal foram escritas direta e indiretamente pelos seus parceiros internacionais de desenvolvimento” (Bhandari, 2019, p. 559). Assim, notabiliza-se a enorme dependência do país em ajuda externa e a falta de independência na formulação de

suas políticas públicas. O caso do Nepal mostra que os parceiros internacionais de desenvolvimento e suas ideologias econômicas podem se sobrepôr ao contexto político doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliométrica foi conduzida a partir da integração de bases robustas (*Web of Science* e *Scopus*), seguindo protocolo rigoroso. A pesquisa reuniu 183 produções sobre turismo de base comunitária, turismo comunitário, ecoturismo, turismo sustentável e turismo verde, além de políticas públicas relacionadas. Por abranger essa temática, incluíram-se não apenas artigos científicos, mas também livros, capítulos, anais de eventos etc.

Para as temáticas e o período analisados, destacaram-se os periódicos com mais de três publicações. Não há periódicos brasileiros especializados em turismo e apenas um possui difusão em espanhol ou origem espanhola. Ressalta-se que maior número de artigos não implica mais citações. Os resultados da bibliometria evidenciam distribuição dispersa de autores e um número baixo de especialistas na temática estudada. Assim mesmo, verifica-se que países avançados publicam produções técnico-científicas com alto impacto e maior visibilidade mundial ao contrário dos países do Sul Global.

As políticas públicas de turismo dependem do modelo de desenvolvimento adotado e dos contextos político e econômico de cada país. Atores internos e externos, especialmente a iniciativa privada, influenciam fortemente sua formulação e as relações de poder envolvidas. Para a consolidação do turismo alternativo, seriam necessárias reformas estruturais nos âmbitos político, econômico, social e ético. No modelo global predominante, a sustentabilidade frequentemente assume caráter retórico, com políticas voltadas ao crescimento econômico em diferentes escalas territoriais.

A literatura analisada permite avançar em reflexões de caráter propositivo no que se refere ao desenho de políticas públicas voltadas ao turismo alternativo. A análise aqui empreendida indica que tais políticas podem alcançar maior efetividade quando superam abordagens genéricas e homogêneas, incorporando uma perspectiva territorializada, ou seja, sensível às especificidades socioambientais e culturais. Ademais, evidencia-se que processos participativos, com maior envolvimento das comunidades locais e articulação entre diferentes atores sociais, favorecem

um alinhamento mais consistente entre os princípios da sustentabilidade e as dinâmicas territoriais.

Outro aspecto a destacar diz respeito à fragilidade recorrente na implementação das políticas públicas de turismo alternativo. A efetividade dessas políticas não depende apenas da definição de diretrizes voltadas à sustentabilidade, mas também do fortalecimento das estruturas institucionais responsáveis por sua execução. Soma-se a isso a necessária disponibilidade de recursos técnicos e financeiros, bem como a redução do hiato entre o discurso normativo e sua materialização prática.

Adicionalmente, destaca-se a carência de quantificação e de avaliação dos impactos sociais, ambientais e territoriais decorrentes das políticas públicas de turismo alternativo. Diante disso, torna-se necessário o uso de indicadores e metodologias avaliativas capazes de apreender os efeitos dessas políticas. Tal questão reforça a importância, no âmbito acadêmico, da realização de pesquisas voltadas à análise da implementação dessas políticas em diferentes contextos e escalas territoriais, de modo a estreitar as relações entre a produção científica e a ação pública.

Conclui-se que o turismo alternativo vem se consolidando progressivamente tanto no meio acadêmico quanto na esfera pública. Contudo, sua atuação como estratégia de desenvolvimento sustentável está condicionada à formulação e à implementação de políticas públicas capazes de interpretar e aplicar, de forma efetiva, os princípios da sustentabilidade nos territórios.

REFERÊNCIAS

- Abdullah, A., Bahauddin, A., Mohamed, B., & Othman, S. (2003). Sustainable Planning: Malaysia Agriculture Park - Where Did It Go Wrong? *WIT Transactions on Ecology and the Environment*, *67*.
- Archabald, K., & Naughton-Treves, L. (2001). Tourism revenue-sharing around national parks in Western Uganda: Early efforts to identify and reward local communities. *Environmental Conservation*, *28*(2), 135–149.
- Bhandari, K. (2019). International development ideology and two tourism policies of Nepal. *Environment and Planning: Politics and Space*, *37*(3), 558–576.
- Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.). (2009). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Letra e Imagem.

Orozco, M. M. D., Hanai, F. Y., & Lopes Junior, W. M. (2026). (In)sustentabilidade das políticas públicas do turismo alternativo: uma revisão bibliográfica sistemática da produção acadêmica entre os anos de 1993 a 2021, *18*(00), e026005. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v17ip026005>

- Beni, M. C. (2001). *Análise estrutural do turismo* (6^a ed.). Senac.
- Beni, M. C. (2006). *Política e planejamento de turismo no Brasil*. Aleph.
- Brasil. (1994). *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.
- Brasil. (2010). *Ecoturismo: orientações básicas* (2^a ed.). Ministério do Turismo.
- Brito, B. R. (2000, 17-19 de julho). *O turista e o viajante: contributos para a conceptualização do turismo alternativo e responsável*. [Atas] IV Congresso Português de Sociologia, Universidade de Coimbra.
- Bucci, M. P. D. (1997). Políticas públicas e direito administrativo. *Revista de Informação Legislativa*, *34*(133), 88-98.
- Bursztyn, I., Bartholo, R., & Delamaro, M. (2009). Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In R. Bartholo, D. G. Sansolo & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 79-91). Letra e Imagem.
- Clarivate (2020, 15 de março). *Principal coleção do Web of Science Ajuda*. [Link](#)
- Conti, B. R., Spinola, J. T., & Saldanha, L. (2021). Turismo de base comunitária: uma revisão sistemática e bibliométrica da literatura. *Podium*, *10*(4), 50-80.
- Coriolano, L. N. (2003). O desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In L. N. Coriolano & L. C. Lima (Orgs.), *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. EdUECE.
- Coriolano, L. N. M. T. (2009). O turismo comunitário no Nordeste brasileiro. In R. Bartholo, D. G. Sansolo & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 277-288). Letra e Imagem.
- Cruz, R. C. (2006). Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In A. I. G. Lemos, M. Arroyo & M. L. Silveira, *América Latina: cidade, campo e turismo* (pp. 337-350). CLACSO, Universidade de São Paulo.
- Cruz, R. C. (2000). *Política de turismo e território*. Contexto.
- Çetinel, F. & Yolal, M. (2009). Public policy and sustainable tourism in Turkey. *Tourismos: An International Multidisciplinary Journal of Tourism*, *4*(3), 35-50.
- Dória, C. R. C. (2004). *Implantação de projetos de ecoturismo de base comunitária em reservas extrativistas*. Universidade Federal de Rondônia.
- Eck, N. J. V., & Waltman, L. (2022). *VOSviewer Manual*. [Link](#)

Orozco, M. M. D., Hanai, F. Y., & Lopes Junior, W. M. (2026). (In)sustentabilidade das políticas públicas do turismo alternativo: uma revisão bibliográfica sistemática da produção acadêmica entre os anos de 1993 a 2021, *18*(00), e026005. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v17ip026005>

Elsevier. (s. d.). *Coverage you can count on*.

Fennel, D. A. (2002). *Ecoturismo: uma introdução*. Contexto.

Gabrielli, C. (2017). Turismo responsável: caminhos possíveis? *Revista de Turismo Contemporâneo*, *5*(1), 81-97.

García Espinoza, L. C., Mendoza Tarabó, A. E., & Rodrigues Soares, J. R. (2017). Turismo comunitario y desarrollo local en la ruta del Spondylus (Ecuador): Una combinación posible para enfrentar la pobreza. *Revista Espacios*, *38*(58), 27.

Graciano, P. F., & Holanda, L. A. (2020). Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, *14*, 161-179.

Guanilo, M. C. de la T. U., Takahashi, R. F., & Bertolozzi, M. R. (2011). Revisão sistemática: noções gerais. *Rev. Esc. Enferm.*, *45*(5), 1260-1266.

Ignarra, L. R. (1999). *Fundamentos do turismo*. Pioneira.

Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In R. Bartholo, D. G. Sansolo & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 108-121). Letra e Imagem.

Kavita, E., & Saarinen, J. (2016). Tourism and rural community development in Namibia: Policy issues review. *Fennia – International Journal of Geography*, *194*(1), 79–88.

Khoshkam, M., Marzuki, A., & Arzjani, Z. (2014). Wetland capabilities in enhancing wetland tourism in Gandoman, Iran. *International Journal of Sustainable Development and Planning*, *9*(3), 362-375.

Körössy, N. (2008). Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo*, *8*(2), 56-68.

Landauer, M., Goodsite, M. E., & Juhola, S. (2018). Nordic national climate adaptation and tourism strategies – (how) are they interlinked? *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, *18*(sup. 1), S75-S86.

Lima, F. B. C. (2016). *Projecto Querença: redes e arranjos produtivos turísticos no desenvolvimento local e humano de Querença-Portugal*. [Tese de doutorado]. Universidade do Vale do Itajaí.

Lindberg, K., & Hawkins, D. E. (1995). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. Senac.

Orozco, M. M. D., Hanai, F. Y., & Lopes Junior, W. M. (2026). (In)sustentabilidade das políticas públicas do turismo alternativo: uma revisão bibliográfica sistemática da produção acadêmica entre os anos de 1993 a 2021, *18*(00), e026005. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v17ip026005>

- Lunas, J. R. S. (2006). *Ecoturismo sociedade anônima: sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena - MS*. [Tese de doutorado]. Universidade de Brasília.
- Mastrodi, J., & Ifanger, F. C. de A. (2019). Sobre o conceito de políticas públicas. *Revista de Direito Brasileira*, *24*(9), 03-16.
- Mendoza-Montesdeoca, I., Rivera-Mateos, M., & Doumet-Chilán, Y. (2022). Políticas públicas ambientales y desarrollo turístico sostenible en las áreas protegidas de Ecuador. *Revista de Estudios Andaluces*, *43*, 106–124.
- Narvaez, E. L. (2015). El turismo alternativo: una opción para el desarrollo local. *Revista de Ciencias Sociales y Humanas*, *6*(6), 9-18.
- Nascimento, F. G. do, & Lima, G. F. da C. de (2020). *Turismo de base comunitária como alternativa para o desenvolvimento rural: a experiência da comunidade de Chã de Jardim, Areia PB*. Centro de Comunicação, Turismo e Artes, UFPB.
- Nassar, P. M., Cobra, L. V., & Vieira, F. S. (2017). *Práticas para o ecoturismo de base comunitária em Unidades de Conservação*. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.
- Nassar, P. M., & Vieira, F. S. (2019). Potencialidades do turismo de base comunitária. *Sociobiodiversidade do Amanã*, *20*, 308-327.
- Neiman, Z. & Rabinovici, A. (2010) *Turismo e meio ambiente no Brasil*. (Orgs). Barueri, SP: Manole, 2010.
- Neiman, Z., & Mendonça, R. (2000). Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. *Revista Turismo em Análise*, *11*(2), 98-110.
- Nunes, M. R. S. (2014). *Da utopia à realidade: análise de desafios de consolidação do Turismo de Base Comunitária em algumas localidades no Brasil*. [Trabalho de conclusão de curso]. Universidade Federal de São Carlos.
- Organização Mundial do Turismo (2020). *Glossário de términos de turismo*. [Link](#)
- Organização Mundial do Turismo (2003). *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável* (S. Netz, Trad.). Bookman.
- Pérez-Olmos, K. N., & Aguilar-Rivera, N. (2021). Agritourism and sustainable local development in Mexico: a systematic review. *Environment, Development and Sustainability*, *23*(12), 17180-17200.
- Pires, P. S. (2002). *Dimensões do ecoturismo*. Senac.
- Popescu, R., & Zamfir, A. (2011, 8-9 de setembro). *Strategic Role of Ecotourism for Romania's Regional Development*. [Proceedings] 5th International Conference the Scale of

Orozco, M. M. D., Hanai, F. Y., & Lopes Junior, W. M. (2026). (In)sustentabilidade das políticas públicas do turismo alternativo: uma revisão bibliográfica sistemática da produção acadêmica entre os anos de 1993 a 2021, *18*(00), e026005. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v17ip026005>

- Globalization: Think Globally, Act Locally, Change Individually in the 21st Century (pp. 250-258), University of Ostrava.
- Ribeiro, H. C. M. (2018). Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros. *Biblios: Journal of Librarianship and Information Science*, *69*, 1-20.
- Rodriguez, S. E. R. (2018). Turismo comunitario en Colombia: ¿retórica de Estado? *Turismo y sociedad*, *22*, 195-212.
- Ruschmann, D. (1994). *O planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente*. [Tese de doutorado], Universidade de São Paulo.
- Ruschmann, D. (1997). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Papyrus.
- Sampaio, R., & Mancini, M. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, *11*(1), 83-89.
- Shaan, I. M. (2005). Sustainable tourism development in the Red Sea of Egypt threats and opportunities. *Journal of Cleaner Production*, *13*(2), 83-87.
- Swarbrooke, J. (2000). *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. v. 1. Aleph.
- Torres-Delgado, A. & Palomeque, F. L. (2012). The growth and spread of the concept of sustainable tourism: The contribution of institutional initiatives to tourism policy. *Tourism Management Perspectives*, *4*, 1-10.
- Tuquinga, J. Y., Hidalgo, S. Z. P., & Tarabó, E. M. (2021). Bottom-up en la planificación del turismo sostenible: El caso de las comunidades del litoral santaelenense en Ecuador. *Revista Ciencias Pedagógicas e Innovación*, *9*(2), 46-53.
- Wall, G. (1997). Is ecotourism sustainable? *Environmental Management*, *21*(4), 483-491.
- Whitford, M. M., & Ruhanen, L. M. (2010). Australian indigenous tourism policy: practical and sustainable policies? *Journal of Sustainable Tourism*, *18*(4), 475-496.
- Zaoual, H. (2008). Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? *Caderno Virtual de Turismo*, *8*(2), 1-14.